

**ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS FILHO  
(1844-1919): A PRIORIDADE DA CONTRIBUIÇÃO  
AFRICANA NA FORMAÇÃO DA LITERATURA E DA  
CULTURA BRASILEIRAS**

**ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS FILHO (1844-  
1919): PRIORITY OF AFRICAN CONTRIBUTION FOR  
BRAZILIAN LITERATURE AND CULTURE FORMATION**

**Cristina Betioli Ribeiro<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este artigo apresenta as principais proposições do autor baiano Alexandre José de Melo Morais Filho (1844-1919), no contexto dos primeiros debates nacionais sobre a formação do povo brasileiro e a relevância da cultura popular para a literatura e os valores nacionais. Pretende destacar, como principal questão fundadora de novas ideias, a prioridade que o autor concede à contribuição africana na formação da cultura nacional. **Palavras-chave:** Alexandre José de Melo Morais Filho; folcloristas brasileiros; cultura brasileira.

**Abstract:** This article presents the main propositions of the bahian author Alexandre José de Melo Morais Filho (1844-1919), in the context of first national debates about brazilian people and the relevance of popular culture to literature and national values. It intends to emphasize, as the main founding question of new ideas, the priority that the author grants to african contribution in national culture formation.

**Keywords:** Alexandre José de Melo Morais Filho; Brazilian Folklorists; Brazilian Culture.

Nascido em Salvador (BA), Alexandre José de Melo Morais Filho (1844-1919) inicia curso de humanidades no Seminário de São José do

---

<sup>1</sup> Professora Doutora da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas): <[cristina.betioli@gmail.com](mailto:cristina.betioli@gmail.com)>.

Rio de Janeiro, depois dos estudos preliminares. Desistindo da vida eclesiástica em 1867, viaja para a Europa, onde realiza curso médico até o grau de doutor na Universidade de Bruxelas. Dedicar-se à clínica, à literatura e ao jornalismo, aposentando-se como diretor do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro. Na Corte, relaciona-se com homens de letras da geração cientificista da Escola de Recife, como Castro Alves (1847-1871), Sílvio Romero (1851-1914) e Franklin Távora (1842-1888). Escreve para os periódicos *Estréa Litteraria* (1864) e *Revista Brasileira* (1879-1881), além de dirigir a *Revista da Exposição Antropológica Brasileira* (1882).

A inteligência dessa “nova geração” manifesta-se nos primeiros debates nacionais em torno do conceito de “folclore” e da formação do povo brasileiro. No contexto, a mestiçagem triracial é destacada como a principal marca identitária da nação, conferindo, via de regra, maior relevo à participação portuguesa. A partir dos anos 1870, dentre intelectuais como Celso de Magalhães (1849-1879),<sup>2</sup> Couto de Magalhães (1837-1898)<sup>3</sup> e João Barbosa Rodrigues (1842-1909),<sup>4</sup> Sílvio Romero<sup>5</sup> é o principal porta-voz dessa ideia, enquanto o romancista cearense Franklin Távora<sup>6</sup> propaga, como bandeira discursiva e literária, o Norte como a região de maior representatividade da cultura popular brasileira.

Melo Morais Filho aparece nesse cenário como um “folclorista” peculiar. Publica a obra *Festas e tradições populares do Brasil* (1888), no ano da abolição da escravatura, trazendo informações diversificadas sobre as práticas culturais africanas e a violência física e moral a que eram submetidos os escravos no Brasil. Além disso, os relatos de costumes populares reunidos pelo autor não dão exclusividade à região Norte, como fazia a maioria dos “primeiros folcloristas”; suas observações integram o Rio de Janeiro, que na condição de Corte imperial, era mais associado à

---

2 “A poesia popular brasileira” (*O trabalho*, Recife-PE, 1873).

3 *O selvagem* (1875).

4 “Lendas, crenças e superstições” e “O canto e a dança selvícola” (*Revista Brasileira*, 1881); *Viagem às Pedras Verdes. Norte do Brasil* (periódico amazonense, 1888); *O Muiraquitã* (1889), *Poranduba amazonense* (1890), “Os ídolos simbólicos do Amazonas e o muariatã” (*Jornal do Brasil*, 1891), *A música de um Çairé* (1892).

5 “A poesia popular do Brasil” (*Revista Brasileira*, 1879); *Cantos populares do Brasil* (1883); *Contos populares do Brasil* (1885); *O Naturalismo em literatura* (1882); *História da literatura brasileira* (1888).

6 “A literatura do Norte” (prefácio a *O Cabeleira*, 1876); “Lendas e tradições populares do Norte” (*Ilustração Brasileira*, 1877); “Escriptores do Norte do Brasil” (*A Semana*, Rio de Janeiro, 1887).

ideia de civilização e cosmopolitismo do que ao imaginário de “pureza” que recobria os rincões setentrionais brasileiros.

Nas *Festas e tradições populares do Brasil* (ROMERO, 1979), o autor se reveste de nostalgia, compartilhando do discurso em voga, à época, quando o assunto é “folclore”. As coletas de costumes e tradições populares são apresentadas como pontes de conexão ao passado. No prefácio do livro, Sílvio Romero (1979, p. 12) salienta esse traço em Morais Filho:

[...] quer que o considerem o que sempre foi, o que sempre quis ser, um homem do passado, um homem para quem o Brasil só tem atrativos nos tempos que já se foram, em umas poucas de tradições que já morreram.

O autor de fato traz esse olhar, como, por trás das lentes de um binóculo, um explorador se encanta com o que está distante de sua realidade. As observações descritas na obra dão a nota da *civilidade* em contraponto a práticas culturais julgadas belas, “ingênuas”, “puras”, contudo rústicas e fossilizadas (CERTEAU, 1995).

Um outro aspecto presente no discurso de Sílvio Romero, além desses, é a identificação da cultura popular com o campo. Mantém-se a sugestão romântica, outrora adotada pela intelectualidade europeia, de localizar traços genuínos da cultura nacional em lugares afastados dos centros urbanos. No projeto de observação e coleta de “festas e tradições populares”, talvez urja a busca por resquícios dessa genuinidade em locais mais afetados pelos costumes europeus – sobretudo os franceses, como no Rio de Janeiro.

Nos costumes nativos de nossas populações camponesas há uma face tão amena e pitoresca, que verdadeiramente delicia o artista que se ocupa desses assuntos.

É na intimidade desse povo inculto, na convivência direta com essa gente que conserva os seus usos adequados, que melhor se pode estudar a nossa índole, o nosso caráter nacional, deturpado nos grandes centros por uma pretendida e extemporânea civilização que tudo nos leva, desde as noites sem lágrimas até os dias sem combate.

E nem se diga que somos um povo que não tem passado e nem tradições; que não tivemos costumes próprios como qualquer outro, só porque o pedantismo medra nos centros mais populosos, à sombra da tolerância que tudo desvirtua e aniquila.

Em todos os atos de sua vida particular e pública, o Brasil possui cabedal distinto de usanças, notas discordantes de costumes, pouco variáveis, alguns deles, no sul e no norte.

Daí a diferenciação que nos separa de povos estranhos, o que dá a medida de nosso caráter, de harmonia com os nossos meios (MORAIS FILHO, 1979, p. 15).

Diferentemente da tendência ao não reconhecimento de uma história cultural propriamente brasileira, o autor destaca a existência de um passado e de tradições no país, bem como acentua um “cabedal distinto de usanças” e “costumes” nas diferentes regiões brasileiras. É nesses aspectos, que tenderiam à deturpação pelos hábitos urbanos e cosmopolitas, que ele encontra a “medida de nosso caráter” e o diferencial de nossa nacionalidade.

Essa reflexão aparece expressa na descrição da festa do “Casamento na roça” e permeará a maior parte do conteúdo apresentado na obra: as festas populares e religiosas, as tradições – com destaque às contribuições africanas e aos “tipos de rua” ou personalidades que teriam marcado a história. A parte relativa às “festas populares” e “festas religiosas” abrange Rio de Janeiro, Sergipe e Bahia; a parte referente às “tradições” e aos “tipos de rua”, baseia-se fundamentalmente na Corte.

Na descrição da festa d’“A Véspera de Reis”, Morais Filho – realça o tom de nostalgia e faz comparações contrastantes entre Brasil e países europeus, no que se refere à “conservação da memória popular”:

Viajamos sete anos e fomos hóspedes da Inglaterra, da França e da Bélgica: nesses países, quanto amor à obra do passado, quanta fidelidade às tradições seculares!

[...]

Entretanto a Europa conserva e afaga o que possui, e nós nos envergonhamos do que nos honra e define!

Dos acontecimentos ensanguentados de nossa história política e dos períodos brilhantes de nossa literatura, nem mais nos lembramos; perdemos as nossas tradições e as nossas festas, e ficamos sem elas e sem outras que as supram!

É que vamos sendo pacificamente reconquistados... E a árvore das nossas tradições, cuja sombra alongava-se por todo o país, sopra de inverno prematuro despe-lhe as folhas e a impele para o aniquilamento... (MORAIS FILHO, 1979, pp. 57-58).

Apela-se contra a penetração estrangeira nos costumes e no pensamento brasileiros. O autor reivindica atenção da inteligência brasileira para o avassalador “sopro de inverno prematuro” sobre a matéria literária e popular genuinamente nacional.

Um dado importante a se considerar é o público leitor. O autor não menciona um relevante fator diferencial entre aqueles países e o Brasil, no século XIX: os índices de alfabetização. Na Europa, após campanhas

de combate ao analfabetismo, promoveram-se maiores possibilidades de contato do público com os registros históricos e folclóricos de fundo nacionalista (ABREU, 1998). No Brasil, embora os sentidos não contemplassem o ensino particular, os índices de analfabetismo continuavam altos,<sup>7</sup> e a ideologia nacionalista era mais restritamente fomentada pela elite intelectual, que debatia em diferentes gêneros de textos os rumos da nação.

Morais Filho também comenta a relação do povo com suas crenças, ao abordar as festas religiosas, consideradas válvula de escape para as dificuldades sociais. Deflagra-se a sugestão positivista de que haveria uma relação necessária entre a “evolução mental” e os “estágios” das crenças religiosas. Por essa perspectiva, o fetichismo, por exemplo, é considerado uma forma de crença mais “atrasada” (COMTE, 2005, p. 22). Na relação do povo com as festas religiosas, haveria, portanto, um matiz de “infantilidade”, ao mesmo tempo positivo – pelo aspecto da “pureza” –, mas também datado, pela ótica tendenciosa do cientificismo.

Um aspecto interessante, mais tarde muito explorado pelos estudos de sociologia e teoria literária, é a latência de uma ideia de “carnavalização” das relações e hábitos sociais durante as festas religiosas:

Há dias no ano em que o povo precisa fazer-se criança. Contrariar esta lei, é torná-lo triste, desgraçado.

Essa bem-aventurança popular, esse esquecimento momentâneo das lutas pela vida, só a religião largamente proporciona, visto como exclusivamente ela algea as dores que as sociedades desencadeiam nas contingências imediatas, nos acontecimentos decisivos.

[...]

Em qualquer dos estados, a crença tem para o povo estrelas que o iluminam, horizontes que abrem-se em alas, grinaldas de primavera que lhe perfumam e ensombram a frente nas calmarias da existência (MORAIS FILHO, pp. 57-58).

Como não poderia faltar nos textos das últimas décadas do século XIX sobre “folclore”, o autor não deixa de comentar a miscigenação formadora da cultura nacional, identificada em nosso “mestiço”:

Para os homens que estudam, o interesse de diferenciação entre as festas do Natal no Brasil e suas congêneres no estrangeiro é enorme. Na Europa há um único fator, que é o elemento nacional; entre nós há três: o elemento branco ou português, o africano, e a resultante de ambos – o mestiço.

---

7 Segundo Lilia Schwarcz (1993), na década de 1870, apenas 16% da população era alfabetizada no Brasil.

De modo por que eles contribuíram e se consubstanciaram; do caldeamento estético que dá o colorido local a costumes que se foram modificando desde a colônia, ressalta o encantamento etnológico, a feição nacional (MORAIS FILHO, pp. 57-58).

No discurso do autor, destaca-se um diferencial em relação à tese corrente sobre o papel da miscigenação na cultura nacional: as contribuições europeia e indígena, que protagonizavam o projeto de “evolução” previsto pela intelectualidade para a sociedade brasileira, perdem o estatuto de superioridade. O indígena não contracenava como fator étnico relevante, e é da participação africana que se destaca o “colorido local” e o “encantamento etnológico” de nossa “feição nacional”.

Com efeito, o maior argumento de Moraes Filho para explicar a iminente extinção de nossas tradições é o duradouro influxo estrangeiro, reforçado pelo incentivo à imigração europeia para substituição da mão de obra escrava.

Esse posicionamento é refratário aos princípios de Sílvio Romero (1902, p. XXIV) que, na *História da literatura brasileira* (1888), são favoráveis à perspectiva de “branqueamento” das ideias e da mestiçagem brasileiras:

O problema do aproveitamento do proletário ex-escravo e do que já d’antes existia será, ao menos em parte, solvido n’ um vasto systema de colonização nacional.

Os colonos nacionaes deveriam systematicamente, se isso fosse possível, acompanhar de perto as levas de colonos estrangeiros para dois fins principaes: aprenderem com elles os novos methodos e as novas idéias de trabalho e mais facilmente cruzarem com elles para assimilar-os.<sup>8</sup>

A supressão do fator indígena no cadinho étnico brasileiro é notoriamente atípica na tradição de estudos folclóricos que se constituiu desde a década de 1860, com as *Lendas e canções populares*, do poeta cearense Juvenal Galeno (1865). Essa tradição é marcada pela discussão sobre a presença de três raças constitutivas do brasileiro e de sua cultura popular – a branca-europeia, a africana e a indígena –. Como se viu, Moraes Filho omite a última, dando ênfase a um mestiço originário da mescla do branco com o negro. Mas o autor nem sempre pensou assim. Em ideias anteriormente expostas no prefácio do *Curso de litteratura brasileira*

---

8 Optamos por manter a ortografia original das fontes consultadas.

(1881), refere-se a um mestiço resultante de “três almas” que incluem o indígena:

Modificado o portuguez e o negro pelo clima e pelas condições de vida, e do consorcio de ambos com o indígena, originou-se, como elemento de transmissão, um sentir que não é peculiar a cada um desses povos, mas a resultante das três almas (MORAIS FILHO, 1902, p. VII).

O posicionamento do autor a esse respeito aparentemente se modificou, na medida em que passou a defender as etnias africana e europeia como prevaletentes na formação do brasileiro. Em outra passagem do prefácio, ele já concebe o brasileiro de sua atualidade “mais português do que africano, mais africano do que índio” (MORAIS FILHO, 1902, p. VII).

O que se pode ainda notar em relação ao texto que prefacia o *Curso* é a manutenção de uma perspectiva diferenciada sobre a mestiçagem: mais do que abordá-la positivamente, como no livro de 1888, ele explicita uma prevalência de negros e mestiços na população nacional, ainda que “branqueados”: “O brasileiro é o mestiço: se não o é pela côr, é pelas idéas” (MORAIS FILHO, 1902, p. VII).

Em consonância com os primeiros folcloristas brasileiros, Moraes Filho também expressa predileção pela região Norte em relação ao Sul, e pelas mesmas razões, que destacam, na primeira, o espírito nacional menos corrompido pelo influxo estrangeiro. Na descrição da festa popular sergipana d’ “A Procissão de S. Benedito no Lagarto”, o autor novamente traz a ideia latente de “carnavalização”, apreciando a mistura de classes sociais, visível no evento, e o pendor nacionalista dos costumes populares locais. O olhar “naturalista” mais uma vez conecta a cena ao passado, como um arqueólogo admira a beleza do fóssil (CERTEAU, 1995). A visão seria digna de uma “tela moldurada à antiga”:

De uma curiosidade, verdadeiramente rara e delectável são os costumes do Norte, derivados de várias épocas da colônia, e ali transformados segundo condições múltiplas.

Quer se estude aquele povo em suas festas locais e religiosas, quer em sua vida íntima exterior, a sua fisionomia desenha-se de modo distinto, e relevo próprio e assinala, marcando-lhe um lugar saliente e à parte.

Pitoresco e interessante em suas usanças tradicionais, expansivo e inteligente em manifestações variadas, seu viver o distancia da gente do Sul, que arrebatada por outras correntes, desprende-se do passado, antecipando-se a um futuro que supõe melhor.

Assim, quem perlustrasse aquelas províncias, quem habitasse aquelas cidades e povoados, ora decadentes, veria que o povo tomava parte em todos os acontecimentos da vida nacional, e aparecia como individualidade representativa no que o país possuía de original e autônomo.

A procissão de S. Benedito, que se fazia anualmente no Lagarto, em Sergipe, descortinava uma nesga de tela moldurada à antiga, a restauração de uma dessas cenas em que se confundiam classes e castas, constituindo um todo harmônico, estranho e significativo (MORAIS FILHO, 1979, p. 69).

Em contrapartida, o autor sustenta outros diferenciais além dos comentados anteriormente, em relação ao ideário coetâneo. É um dos poucos a considerar o processo de transformação da cultura como possibilidade de continuidade; nesse sentido, a beleza dos costumes populares não se restringiria ao “morto”, mas à perspectiva de permanência (ABREU, 1998; CERTEAU, 1995). Na “Festa da Glória”, Morais Filho (1979, p. 151) também vai na contramão das opiniões correntes e signatárias do cientificismo naturalista:

À semelhança de um pássaro abrigado sob a rama que cobre a terra de perfumada sombra, o povo refugiava-se nas suas inocentes credices e não se preocupava inutilmente com as ondas subterrâneas de uma falsa ciência que esteriliza, nem se engolfava no indiferentismo que asfixia.

Apesar da crítica, é notória a presença das “novas ideias” introjetadas no pensamento brasileiro a partir dos anos 1870, como reflexões de caráter positivista e evolucionista.

Quando descreve o tipo de rua “Capitão Nabuco”, o autor faz outra menção depreciativa à ciência e julga “incompleto” o projeto civilizatório do Segundo Reinado no Brasil:

O pedantismo raquítico de nossa sociedade atual não cessa de apregoar o trecho latino *mens sana in corpore sano*, ao mesmo tempo que em desprezo do próprio corpo entulha o cérebro de asneiras, de uma ciência indigesta, não se lembrando que a grande parte de atrofia de que se ressentem o povo da capital fluminense é devida a um trabalho incompleto de civilização (MORAIS FILHO, 1979, p. 264).

Para o programa palaciano de civilização, talvez faltasse, segundo Morais Filho, a valorização das práticas populares “genuínas”, em detrimento do foco em um progresso europeizado.

Na descrição d’“Os Cucumbis”, apesar da tendência datada de opor “civilidade” a “barbárie”, observa-se um elogio à contribuição econômica e sociocultural dos africanos no progresso nacional:



Não há quem tenha perlustrado as províncias do Norte, que não se recorde de um grupo de negros, vestidos de penas, tangendo instrumentos rudes, dançando e cantando, que, nos dias de festas populares, percorre as ruas das grandes cidades e pequenos povoados, associando-se destarte aos nossos folguedos nacionais.

Na primitiva, esses bandos, constituídos por escravos d'África, eram numerosíssimos, sendo as suas cantigas bárbaras unicamente na linguagem de suas terras natalícias.

A essas hordas de negros de várias tribos [...], o povo da Bahia denominou de *Cucumbis*, e o das demais províncias – de *Congos*.

[...]

No Rio de Janeiro também os houve até 1830, servindo apenas, que nos conste, para incorporar-se ao préstito fúnebre dos filhos dos reis africanos aqui falecidos – na terra do exílio e do cativoiro!

[...]

Essas danças coreográficas, cujo caráter se foi ligeiramente modificando com elementos novos, representam ainda hoje uma das faces mais belas dessa raça afetiva por excelência, a quem deve o Brasil a maior parte de sua população, de sua riqueza e de seu progresso.

Desembarcados dos navios negreiros, com o coração cheio de saudades e os olhos cheios de pranto; arrancados das cabanas de seus pais e dos desertos de sua terra; não ouvindo mais o sibilo do vento e o rugido da fera que os acalentaram na infância; os pobres cativos, despejados em nossas matas virgens, tiveram necessidade de dar expansão à sua dor, lembrando os costumes dos seus maiores.

[...]

Às letras desses cantos, originariamente africanos, intercalaram-se versos em português, o que em nada alterava a índole do baletto selvagem dos *Congos*, com o seu enredo e evoluções guerreiras, seus reis e princesas de formas corretas e altivos, seus tamborins e *canzás*, que desenvolvem-lhes em torno uma atmosfera de sonoridade tempestuosa e imitativa (MORAIS FILHO, 1979, pp. 109-110).

Moraes Filho assinala a informação antes registrada no *Curso de litteratura brasileira* (1881) de que aos africanos “deve o Brasil a maior parte de sua população”, condição que tendia a ser omitida ou rechaçada nos pareceres sobre a “evolução” do povo brasileiro.

O elogio à beleza das manifestações artísticas e à afetividade do povo africano também sede espaço à descrição da violência sofrida pelo escravo no cativeiro. O relato sobre a festa religiosa da “Sexta-Feira da Paixão” frisa o evento como momento de alívio para o sofrimento dos cativos:

Nas fazendas, o eito e o tronco não gotejavam sangue, as gargalheiras não maceravam as vítimas, as correntes do cepo não mordiam o pé do cativo nas torturas das senzalas.

Era o reinado da paz e do perdão; o único dia talvez em que se consideravam bem-aventurados aqueles que choravam! (MORAIS FILHO, 1979, p. 170).

O reconhecimento das condições de sofrimento na vida dos africanos no cativeiro e da violência a que eram submetidos é nitidamente mais incisivo que nos autores que precederam Morais Filho. É provável que essa ótica esteja conjugada à campanha abolicionista que, com a Lei Áurea, concede emancipação aos escravos no mesmo ano de publicação das *Festas e tradições populares*.

A “Festa do Divino” é mais um evento religioso em que se observa a mescla de classes sociais, até mesmo na capital do Império. Um cenário comparado à pintura europeia:

Desde o escurecer, era realmente deslumbrante aquele cenário. Naquela praça enorme, a fileira das barracas parecia um muro alvo lavrado pelas chamas; a multidão com suas vestimentas pitorescas, apinhada no chafariz que aí existia, ou movendo-se em grupos, lembrava um quadro de mestre de escola veneziana [...] a barraca das *Três Cidras do Amor* levava de vencida a todas as outras, não só pela originalidade das representações, mas ainda pela variedade e distinção de seus frequentadores.

E quem a frequentava?

A plebe e a burguesia, o escravo e a família, o aristocrata e o homem de letras (MORAIS FILHO, 1979, pp. 120-122).

A “Quinta-Feira Santa” também retrataria todo o colorido nacional ainda presente na Corte:

O ofício da Paixão, na Capela Imperial e no Carmo, era concorrido não só pela multidão anônima, porém ainda pelo que havia de mais elevado e distinto entre a nobreza e o povo.

Especialmente na primeira destas igrejas o pontifical do bispo, o comparecimento do Imperador e dos seus ministros, do mundo oficial enfim, adquiriam mais deslumbramento ao faiscar das gemas brilhantes sobre o reflexo negro dos veludos e sedas das ricas damas que, das tribunas e do interior

das grades laterais, aguardavam, piedosas e belas, a cerimônia da Paixão e do Lava-Pés (MORAIS FILHO, 1979, pp. 165-166).

Na exibição de cenas comemorativas que incluem segmentos mais elevados da sociedade, o escritor chama os transeuntes de “multidão” ou, em outras passagens, de “público”. Embora se trate de festas “populares”, enumeradas dentre tantas na organização da obra, Morais Filho apenas utiliza a concepção de “povo” quando nos grupos de gente estão inseridos “o escravo” e a “plebe”. A ideia de *povo* aparece conectada aos pobres, aos habitantes do campo e à população afastada das capitais e centros urbanos. Em todos os casos, trata-se fundamentalmente da grande maioria da população da época (SCHWARCZ, 1998).<sup>9</sup>

Dos pobres, admitidos como a maioria e abraçados pela literatura nacionalista de poetas e romancistas como Juvenal Galeno e Franklin Távora, Sílvio Romero (1902, p. 94) explica a situação social no quadro político e econômico brasileiro de 1888:

[...] a despeito de nossa riqueza aparente, somos uma nação pobre em sua generalidade, onde a distribuição do dinheiro é viciosa, onde a posse das terras é anachronica. Aquelle anda nas mãos dos negociantes estrangeiros; estas sob o tacão de alguns senhores feudais. A grande massa da população, espoliada por dois lados, arredada do commercio e da lavoura, neste paiz essencialmente agrícola, como se costuma dizer, moureja por ahi abatida e faminta, não tendo outra industria em que trabalhe; pois que até os palitos e os páos de vassoura mandam-se vir do estrangeiro... Não é este o logar mais próprio para descobrir os andrajos da nação e mostrar os corpos enfraquecidos, que, sem trabalho nem pão, são a grande fonte onde o fazendeiro vae buscar os servos, que chama *agregados*, e o governo os seus *capangas*, os seus *votantes* e os seus *soldados*!...

Sustenta-se um paradoxo no discurso nacionalista dos primeiros folcloristas: essa “grande massa da população” nacional, pobre e à margem das atividades produtivas, corresponderia ao mesmo “povo”, cuja criação artística é elogiada e recolhida nos trabalhos etnográficos do século XIX? Em excerto dos *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, por exemplo, Sílvio Romero (1879) atribui a grupos semelhantes à “massa da população

---

9 Segundo Lilia M. Schwarcz, “o peso da população rural era enorme quando comparado ao da urbana. A população das capitais do Império representava 8,49% da população total em 1823, 10,41% em 1872 e 9,54% em 1890. Para completar o quadro, mais ou menos 50% dessa população concentrava-se em apenas três capitais: Rio de Janeiro, Salvador e Recife – 59% em 1832, 48% em 1872, 58% em 1890. Percebe-se, portanto, ao mesmo tempo, a importância da corte como centro irradiador, mas também seu caráter de exceção” (SCHWARCZ, 1998, p. 117).

[...] arredada do comércio e da lavoura”, defeitos morais e culturais que os afastariam da qualidade de “pureza” elogiada nas manifestações populares:

Pelo que toca as cidades, suas populações se dividem em duas classes bem acentuadas. A parte mais ou menos culta, que figura no comércio, nas artes, na política e nas letras, e a parte inculta, a imensa coorte dos *capadóci*os ou *cafajestes*. Estes são os resíduos populares das vilas e cidades. É gente madraça, que, possuindo todos os defeitos dos habitantes do campo, não lhes comparte as virtudes (ROMERO, 1977, p. 45).

Para Romero, a idealização de “povo” só caberia à população campestre, a quem competiria a “pureza” de costumes não corrompidos pelos hábitos urbanos. O defeito de “incultos” é atribuído, portanto, à população marginalizada das áreas urbanas, incompatível com a idealização. Essa visão aproxima-se da dicotomia herderiana da sociedade em campestre e urbana (BURKE, 1995, p. 51). Na população citadina, haveria uma subdivisão do contingente letrado e produtivo e dos supostos “resíduos” incultos. Segundo essa subdivisão, os costumes da parcela iletrada da população eram identificados como cultura popular “residual”, contrastante com a pureza observável nos hábitos camponeses. Com efeito, a população não incluída na dicotomia campo-cidade é desprestigiada por Romero.

Morais Filho parece não aderir plenamente a essa dicotomia. Como se viu, além de retratar eventos populares no principal centro urbano do Império, em muitos momentos ele se refere positivamente à inclusão dos segmentos mais ricos da sociedade ou ao encontro social de letrados e iletrados nas festividades culturais.

A principal afinidade dos primeiros folcloristas, compartilhada por Morais Filho, é a eleição do Norte como região privilegiada na representação da nacionalidade. O autor reincide na proposição de que o povo dos rincões nortistas possui índole supersticiosa e manifestações culturais mais genuinamente caracterizadas. Um outro exemplo que ilustra esses argumentos é a descrição da sergipana “Véspera de S. João”:

Na véspera de S. João nas belas plagas do Norte, como foram alegres outrora aqueles sítios, aquelas vilas e povoados incultos, aqueles sertões vastíssimos e maravilhosos, comemorando em tradicionais festejos o nascimento do Batista!...

Aquele povo, religioso e altivo, voltado por índole às superstições e aos folguedos, influía-se por tal forma nessa festa anua, caracterizava-se por tal

modo com colorido próprio, que a descrição desses personagens e costumes constitui um verdadeiro quadro de gênero a suspendermos aos muros do passado, onde as inscrições de nossa nacionalidade se apagam quase a olhos fitos (MORAIS FILHO, 1979, p. 130).

Ao se referir ao povo do Norte, diferentemente de quando expõe quadros populares na Corte, o autor assinala a condição “inculta” dele e propõe a elevação de suas tradições “aos muros do passado”. Morais Filho oscila entre a valorização da cultura popular como elemento constitutivo da civilização – sediada na Corte – e a cristalização do “folclore” como monumento distante em termos regionais e temporais. Assim, inadvertidamente, o Rio de Janeiro permanece como referência para avaliar as facetas culturais de outras localidades.

Ainda sobre o Norte, o autor levanta questões relativas aos modelos de escravidão adotados lá e no Sul, que acentuariam ainda mais as diferenças culturais das duas regiões. Ao registrar o costume dos “Reisados e Cheganças”, Morais Filho discute o impacto que as formas de escravidão teriam provocado na formação do caráter do mestiço de cada região, bem como na natureza de suas criações artísticas. Interessa notar que o elemento indígena está, nesse caso, novamente omissos:

Na generalidade das províncias do Norte a véspera de Reis é um dos maiores dias do povo, que recorda com as suas danças, os seus cantos e uma variedade imensa de autos as tradições poéticas dos tempos coloniais.

As *cheganças* e os *reisados* no Norte preenchem em muitas localidades as indicações da noite.

Completamente distintos, independentes uns dos outros, esses divertimentos públicos revelam naquela gente uma característica nacional, um sentir à parte, um traço acentuado de diferenciação entre o norte e o sul.

Perguntai por aí alguma coisa a respeito das festas do Natal, e obtereis a seguinte resposta: – “Quem sabe disso são os nortistas”.

E que quer isso dizer? Que por perto de quatro séculos o trabalho das raças nesta metade do Brasil apenas serviu de proveito aos senhores e ao estrangeiro, que nos vai reconquistando dia a dia, sem barulho, sem matinada.

E tanto estamos na verdade, que a escravidão no Sul foi sempre infinitamente mais bárbara, jamais podendo ser comparado o engenho à fazenda – o Cáucaso e o Inferno dos pobres cativos.

E a nossa poesia popular, derivando do português e do negro, este último elemento aniquilava-se no Sul nas torturas da senzala, no martírio forçado da escravidão.

Daí a tristeza que se nota no mestiço destas bandas do Brasil, o desânimo, o acabrunhamento, em contraposição à alegria franca da mulatada de lá, dos crioulos, reconhecidamente inteligentes, patriotas, inclinados à música, à poesia, às belas artes.

Sendo o nosso povo assim constituído, claramente se vê que os costumes tradicionais daquelas terras são a resultante da liberdade que ali gozavam os escravos, embora restrita, relativa.

Dos *reisados* e *cheganças*, a classe popular a que nos referimos e a gente pobre eram e são os donos.

Ninguém há que não se divirta nas províncias, armando presepes, assistindo a serenatas, passando nos engenhos ou nos arrabaldes as festas do Natal (MORAIS FILHO, 1979, p. 131).

Além de ser notória a omissão do indígena nessa visão da criação e propensão artística popular, é também evidente a priorização da participação africana na formação nacional:

Percorrendo a história, deixando iluminar-nos a frente a luz amarelenta das crônicas, não sabemos ao certo, quem maior influência exerceu na formação nacional desta terra, se o português ou o negro.

Chamados para juiz nesta causa, necessariamente o nosso voto não pertenceria ao primeiro.

Nativista convicto e por herança de família, não seremos nós quem sacrifique pelo café as tradições históricas das três raças poderosas, de que este país é a resultante constituída.

Como pesquisa etnográfica, nenhuma das três levas colonizadoras merece-nos mais atenção do que as importadas da costa d'África e sua prole.

Desde o crepúsculo matinal da colônia, foram estas que sustentaram, à semelhança de cariátides, o pórtico das nossas instituições sociais, contribuindo largamente para o nosso presente, ameaçado a todo o instante por nacionalidades que nos invadem sem obstáculos.

Apesar de bárbaros, de aviltados pela condição, os nossos escravos possuíam costumes cheios de poesia e de graça, de certa tristeza que enleva e encanta (MORAIS FILHO, 1979, p. 242).

O realce à participação africana na cultura brasileira, bem como às diferentes formas de escravidão observadas no território nacional, com impacto significativo na formação cultural, é um dos grandes diferenciais de Melo Morais Filho para a sua época, a ponto de conferir pioneirismo às suas ideias. Vale lembrar que tais proposições foram retomadas na antológica obra de Gilberto Freyre (1984), *Casa grande e senzala* (de 1933), a qual coroou a presença africana na formação da cultura nacional e o modelo de produção açucareira dos engenhos pernambucanos.

Um detalhe que também merece atenção em Morais Filho é a presença de uma reminiscência romântica em seus escritos, ainda que os preceitos artísticos dessa natureza fossem combatidos pela tendência cientificista do discurso da época. Na descrição da festa religiosa d’“As Santas Missões”, por exemplo, vê-se um pouco desse olhar literarizado, exaltante das características “naturais” do quadro observado. Há bons olhos para o potencial transformador das superstições sobre as crenças cristãs, bem como para a ação da cor local brasileira sobre o espírito dos fiéis:

No espírito delicado das populações do Norte, embaladas pelos cantares suavíssimos da igreja, afagadas pelo sobrenatural, que tanto eleva e realça a religião cristã, o simbolismo do culto exerce poderosa influência, e daí acentuada característica de sua psicologia especial.

Crete por índole, fatalista por vezes e supersticiosa quase sempre, aquela gente altiva e inculta encontra nessas fontes o segredo de suas lendas piedosas, de seus cantos e contos, de sua tendência ao entusiasmo e à devoção.

Diante da natureza selvagem, de florestas virgens e de vozes misteriosas, de cascatas que mugem, de rios que se espadanam, é impossível deixar-se de ser crente, de ser-se religioso...

Parece que se habita o país natal da grande poesia, dessa poesia sempre nova e eterna, que não pode ter outro ideal além da divindade, outro intérprete além do coração.

[...]

Dentre os costumes populares do Norte, bem poucos existem mais na altura de enfrentar com a natureza amena e aspérrima daqueles climas, de desenhar mais nitidamente o perfil daquela raça, do que uma *Santa Missão*, quando esta é seguida de uma jornada de penitência (MORAIS FILHO, 1979, p. 139).

A tendência da “nova geração” dos anos 1870 é rever critérios de análise e julgamento da realidade na produção histórica, científica e

literária. Assim, diversos gêneros de texto da época passam a incorporar motivos ligados à objetividade, ao determinismo, à sociologia positivista, ao evolucionismo e a novas inclinações filosóficas. A dignidade do espírito, a conduta moral e o subjetivismo, cultivados na literatura ainda não afetada pelo realismo científico, começam a ceder espaço aos impulsos do instinto e à observação documentária da realidade. Essas mudanças, no entanto, nem sempre afetam as práticas intelectuais de forma plena ou coerente. A convivência de tendências pode ter uma duração indeterminada, como se pode notar em Moraes Filho.

Fato é que um fio condutor significativo conectava a inteligência do Oitocentos pós-independência: o cultivo de uma tradição nacional que era rastreada em diversos lugares: em nossa história, geografia, literatura e cultura.

---

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Mello Moraes Filho: festas, tradições populares e identidade nacional. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CERTEAU, Michel de. A beleza do morto. In: *A cultura no plural*. Trad. Enid Abreu Dobranszky. Campinas: Papyrus, 1995, pp. 55-85.
- COMTE, Auguste. *Comte*. Trad. e org. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- MORAES FILHO, Mello. *Curso de litteratura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.
- MORAIS FILHO, Melo. *Festas e tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1979.
- ROMERO, Sílvio. Factores da litteratura brasileira. In: *História da litteratura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.



ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Petrópolis: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido: 29/07/2018

Aceito: 31/01/2019

Publicado: 13/06/2019